

Ministério contesta Secretaria de Saúde

TRIBUNA DO BRASIL

09/11/2002

DIRETOR DO MINISTÉRIO DA SAÚDE GARANTE QUE RECURSOS PARA COMPRA DE MEDICAMENTOS SÃO REPASSADOS COM ANTECIPAÇÃO AO DF E COBRA MELHOR ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO

Fabio Pedrosa

A falta de medicamentos de alto custo na rede pública de saúde do Distrito Federal não é causada pela falta de recursos. Quem garante é o diretor do Departamento de Sistemas e Redes Assistenciais do Ministério da Saúde (MS), Alberto Beltrame. "Nós fazemos o repasse de verbas adiantado, segundo a média de atendimentos que a Secretaria de Saúde declara". De acordo com o MS, Brasília vem recebendo os recursos no prazo certo, sem atrasos. Em todo o Brasil, o valor do repasse é calculado pela média de atendimentos do trimestre anterior ao mês do pagamento, numa checagem nominal dos pacientes atendidos.

A verba destinada à compra dos medicamentos excepcionais, aqueles usados em tratamentos dispendiosos, como hepatite C, esclerose múltipla e doença renal é repassada diretamente pelo governo federal aos estados e ao DF. Já os da atenção básica são pagos aos hospitais que realizam os atendimentos, junto com os gastos de internação e outros decorrentes da assistência.

Assim, para os remédios que serão comprados em novembro, o MS realiza o depósito nos primeiros dias úteis do mês, justamente para evitar atrasos e falta de substâncias no estoque, o que gera paralisações em tratamentos e prejuízos à saúde da população. O dinheiro destinado à compra desses medicamentos de alto custo, para novembro, chegou ontem para o governo local, segundo a Secretaria de Assistência à Saúde (SAS-MS).

Para Beltrame, os problemas na distribuição dos medicamentos, em Brasília, não são decorrentes da falta de dinheiro. "Não faltam recursos. Alguns estados têm problemas



Pollyana Rosa

Alberto Beltrame: "Nós fazemos o repasse de verbas adiantado"

administrativos difíceis de entender, como o DF".

A complicada situação enfrentada pelos pacientes no DF, que não conseguem manter uma regularidade no tratamento, devido à falta de medicamentos, desperta preocupação. "A Secretaria de Saúde tem con-

dições de resolver os problemas no abastecimento. Os pacientes que vêm de fora do DF também fazem parte da listagem, atualizada a cada três meses. Em vários momentos o DF alegou problemas em licitações para justificar o desabastecimento, mas acho que o que falta é um

bom planejamento e uma boa execução", afirma Beltrame.

Na sexta-feira, 8, o Tribuna do Brasil publicou reportagem sobre as dificuldades que pacientes que utilizam remédios de alto custo têm para consegui-los na central de distribuição do governo

local. A gerente de Assistência Farmacêutica do governo local, Ana Maria Gaudard, assumiu a falta de alguns medicamentos. Gaudard atribuiu o problema à falta de recursos suficientes e atrasos nos processos licitatórios, devido à burocracia.

PROCEDIMENTOS

Rotina mais fácil para os estados

Até 1999, os estados compravam os medicamentos de alto custo com recursos próprios e só depois o Ministério da Saúde (MS) repassava os recursos. O procedimento causava atrasos constantes e muita reclamação, porque os governos locais alegavam falta de dinheiro em caixa para realizar as aquisições.

A partir de janeiro de 2000, o governo federal alterou a forma de repassar a verba. Os recursos são depositados nos primeiros dias úteis do mês da compra. O valor é calculado

pela média do último trimestre.

A mudança facilitou a rotina das secretarias de saúde, que passaram a ter verba suficiente para a compra dos medicamentos de alto custo, destinado a pacientes crônicos que não podem sofrer interrupções no tratamento, sob pena dos prejuízos à saúde. É o caso dos doentes renais, epilépticos e transplantados, por exemplo.

Em 2002, o MS aumentou a lista dos medicamentos incluídos no Programa de Medicamentos Excepcionais. O número saltou de 41

medicamentos, com 83 apresentações, ou seja, formas e quantidades de cada medicamento, específicas para cada uso, para 92 medicamentos e 208 apresentações.

O aumento da lista trará benefícios a um maior número de pessoas, que passam a se beneficiar da distribuição gratuita. Em 1995, eram sete mil pacientes beneficiados em todo o país. Em 2002, o número já atingia 130 mil pessoas. Em 2003, com o aumento da abrangência da lista, o ministério espera ver o a quanti-

dade de pacientes atendidos dobrar, alcançando cerca de 250 mil pessoas.

Os recursos repassados também aumentaram no mesmo ritmo, segundo o MS. Em 1997, chegavam a R\$ 170 milhões. Em 2002, eles foram da ordem de R\$ 483 milhões. O Distrito Federal, somente em 2002, teve a verba aumentada, de R\$ 632,5 mil, no primeiro trimestre, para R\$ 867 mil nos meses de abril, maio e junho. De julho até novembro, os recursos alcançaram R\$ 752 mil, a cada mês.

Criado em 1993, o Programa de Medicamentos Excepcionais do MS começou na prática com apenas duas substâncias. Eram distribuídos a ciclossporina (para pacientes que sofreram transplante) e a eritropoetina, usada em doentes renais (medicamento que atualmente falta nas prateleiras da central de distribuição em Brasília).

■ Serviço:

Para saber se determinado medicamento está disponível na rede pública, ligue para a Gerência de Abastecimento Farmacêutico: 233-5154.